

Nomeação e indicação do gestor escolar por confiança político-partidária: uma prática de inutilidade pedagógica

Autor: Alberto Mahula Francisco (MSc.)

Mestre em Economia e Gestão de Educação, pela Northeast Normal University.

Licenciado em Pedagogia pelo ISCED do Uige. Docente Universitário no Instituto Superior Internacional de Angola.

albertofrancisco0686@yahoo.com

Resumo

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa que usou as técnicas de entrevista, bibliográfica e de observação participativa como instrumentos e técnicas essenciais para a coleta de dados. A pesquisa foi feita em duas províncias de Angola: Uíge e Cuanza Norte, cujo, objectivo consiste em buscar uma percepção mais acautelada e esclarecida, pondo em referencia aos atos de nomeação e indicação de cargos de gestão escolar que têm decorrido em quase toda a esfera social. Participaram na pesquisa quarenta e cinco (45) gestores escolares, provenientes de quinze escolas de ambas as províncias de Angola. Depois da coleta de dados, três (3) entrevistas foram validadas tendo em conta ao grau de relevância interna que trazia as suas informações. Ao passo que as demais entrevistas, foram excluídas por terem apresentado um exaustão de repetição e tautologia nas respostas. Pelo rigor e eficiência deste estudo, seus resultados mostram que uma nomeação e indicação de um gestor escolar efectuada por confiança político-partidária, constitui uma prática de inutilidade pedagógica. E, toda decisão trazida sobre a vida da escola e que seja tomada por orientação político-partidária, é sumamente uma miragem para um ensino que se especta ser de qualidade. Por isso, a pesquisa sugere que os actos de nomeação e indicação de gestores escolares, que sejam feitos com neutralidade, isenção, transparência e pluralidade, querendo com isto dizer que o poder para gerir uma escola, deve ser confiado aos que sabem: sabem saber, sabem ser e sabem fazer, principalmente aqueles, cujo, especialidade na formação é Economia da Educação, Gestão e organização Escolar. E, aquele que por sorte tenham sido nomeados ou indicados para exercerem cargos de gestão escolar, uma vez que não tenham nenhuma formação qualificada para o efeito, que lhes seja exigido a obtenção qualificada e moralizada dentro deste campo de exercício profissional.

Palavras-chave: Nomeação, indicação, gestor escolar, confiança, político-partidária: prática, inutilidade, pedagógica

1. Introdução

A gestão escolar hoje, “é um campo de saber que clama da praxis humana” (Francisco, 2024, p. 3). Pois, está andando despida da sua pureza pedagógica, passando a ser uma prática de inutilidade social acentuada em leis e princípios de direção apurados em confiança e ambições desmedidas. E, isto, afugenta e lesa diretamente o cumprimento dos anseios mirados no propósito da criação de uma escola de formação do homem para a vida toda, onde, a educação tinha de ser um fenómeno social ao invés de emergir uma educação tida como fenómeno político.

Por acaso, na incumbência político-partidária, a educação tende guiar-se num nível de orientação política, inibindo valências pedagógicas de carácter universal. Neste sentido, a educação como um bem comum, deixa de ser um direito natural, a fim de atender aspetos do domínio político-ideológico. Neste capítulo, entende-se que a educação como um bem de carácter natural e universal, passa a ser um bem isolado, particular que deve sustentar as famílias de forma seletiva. Dentro do propósito da seleção, os pobres são vivamente excluídos e retirados o direito de serem educados e adquirem uma educação de qualidade.

De fato, o carácter seletivo que reveste a educação hoje, é resultado de uma gestão escolar voltada por indicação e nomeação de gestores escolares por confiança político-partidária. A gestão escolar na atualidade veste-se de uma bandeira de exclusão social. E, diante desta exclusão social, o saber, saber ser e saber fazer, tornaram inúteis, perante há uma direção da escola que responde resolvendo problemas óbvios perante a vida da educação, ensino e instrução. E, acima de tudo empenhada para dignificar-se, respondendo com êxitos exigências de natureza política partidária.

Assim, uma nomeação e indicação de uma direção da escola procedidas por ordem de confiança política partidária, gera uma escola partidarizada, buscando na base um professor fundado na ideologia e cumplicidade partidária. É, assim que o professor, juntos do diretor partidário, defendem ideologia de cunho partidário, ignorando as boas políticas pedagógicas que servem de via para a construção da escola para todos e do ensino de qualidade.

Uma nomeação e indicação de um gestor escolar fecundada puramente por política partidária, afasta-se da pureza do ensino, defendendo a educação como um mero fenómeno de revolução política partidária, implantando na escola uma caracterização de vínculo partidário, onde, o professor e alunos, incluindo pai e encarregado de educação

são encabeçados em ter vínculo de afiliação político-partidária. Neste caso, a escola fica esmurraçada na política partidária, procurando extinguir todo o professor, aluno, pai e encarregado de educação que não tenha ligação de direção com a política partidária. É, neste sentido em que a fuga a escolaridade, abandono escolar e o absentismo, tendem a ser mais acentuados. E, o excesso de faltas e fuga de cérebro por parte dos professores passa a ser um fenómeno do dia-a-dia das escolas, por um lado. E, por outro, a insegurança imune o ambiente escolar até tomar conta dos autores do processo de ensino e aprendizagem, incluindo as próprias instituições escolares.

Os gestores nomeados e indicados por confiança político-partidária, pouco ou nada colocam-se ao serviço do ensino, pelo fato das diretrizes das suas orientações de linha de base estarem associadas pelo cunho ideológico partidário. Então, é de saber que em muitas escolas, a política partidária está acima da educação como um bem do direito natural, cujo, utilidade está no desenvolvimento da sociedade e na pratica diária dos bons hábitos, usos e costumes.

2. Gestão escolar por essência

Na essência da gestão escolar, vê-se que, o debate político que marcou as reivindicações dos anos 1980 ganhou outros contornos na década de 1990. Se no contexto da transição as formulações em torno da gestão estavam centradas no eixo político, a partir da década de 1990 observa-se a substituição desse eixo pela ênfase no discurso da reestruturação produtiva. Se antes a gestão era fator de sensibilização de diversos segmentos, inclusive pela visibilidade que temas dessa natureza tinham para o contexto da redemocratização das sociedades e do ensino em particular, a partir da década de 1990 ela passa a ser defendida numa perspectiva de gerência do bem comum (Moreira & Daltro de Castro, 2011).

Assim, por essência, a gestão escolar é uma arte de articular, unir e colocar em evidência todos os recursos disponíveis numa escola, criando assim um ambiente escolar mais sadio, produtivo e inclusivo. Assim, a gestão escolar, naturalmente ao congregar pessoas de níveis e status-quo diferentes, condiz ao bem-estar comum, fomentando na escola um clima de irmandade, união e unidade na diversidade.

E, a diversidade por sua vez, gera a universidade como nível superior do conhecimento. Por isso, a gestão escolar por essência é a base de uma sociedade cuja educação desperta qualidades, tendências e motivos para que haja famílias felizes e realizáveis em termos das suas necessidades, principalmente no que toca a justiça, respeito a vida, construção da paz e democracia. É, também a base fundamental para que nas sociedades haja homens

mais saudáveis, equilibrados e economicamente fortes, autossustentáveis e autônomos. Trata-se deste modo de uma gestão escolar que persegue funções pedagógicas de direções tais como: orientação, moderação, formação, qualificação, moralização, organização, incluindo inibição e ratificação de atitudes e comportamentos desviantes.

2.1. Gerir uma escola de forma excelente

Gerir uma escola por excelência implica antes de tudo fazer o melhor até superar defeitos, elevar qualidades e modernizar o ambiente escolar de modo a ser mais acessível, aceitável e globalizado. Assim, de modo excelente, a gestão de uma escola emerge como sinônimo de imprimir dinâmica, mudanças aceitáveis e eficiência dentro do espaço escolar, primando em aumentar os índices de produção no conhecimento, plurificiência na cultura humana, etc. Deste modo, gerir uma escola por excelência, implica usar a racionalidade administrativa como paradigma importante dentro dos atos de modernização administrativa da escola. E, para o gestor escolar, é atribuído a responsabilidade da construção de uma democracia participativa, necessária para a retomada do desenvolvimento econômico e social. Neste cenário de gerir uma escola de forma excelente, admite-se que na construção de uma democracia participativa, é necessário que o gestor opte num modelo de gestão mais flexível que inspire nos colaboradores a vontade e desejo criativo que concerne na criatividade e inovação, mostrando que os sistemas educativos em qualquer nível de ensino, estão abertos não para criar seres humanos passivos e repetidores de ideias. Mas, que convenha em produzir homens criativos e autônomos capazes de trazer novidades no meio ambiente escolar e social. Aqui, o papel do gestor não está em criar divisão e exclusão na classe docente, mas, sim a excelência está em proporcionar coesão na escola e no trabalho de ensino e aprendizagem.

O gestor é escolar por excelência é visto como um sujeito-chave ótimo no processo de organização do trabalho pedagógico e ganha ênfase na defesa de um ensino que possibilite a efetiva participação de todos na construção de um ambiente escolar democrático, fortalecendo princípios comuns de orientação para uma autonomia competente e assumidamente engajada na defesa de uma educação de qualidade (Moreira & Daltro de Castro, 2011).

Uma escola gerida de forma excelente, “a inovação é tida como crucial para o estabelecimento e a manutenção da vantagem competitiva sustentável das sociedades, tendo real importância tanto para pequenas quanto para grandes organizações. Assim, “a aquisição e a gestão dos direitos da propriedade intelectual em termos gerais e de patentes em particular, são elementos importantes que devem ser devidamente geridos a fim de

e elevar os níveis de excelência da escola e do capital humano que dela advém. É, neste sentido em que o desenvolvimento tecnológico no ambiente escolar passa ser gerido em dois (2) domínios que são: geração das ideias e proteção das ideias (Loss, Ferreira, & Braga da Silva, 2009).

2.2. Gerir uma escola por dignidade e exemplo

Gerir uma escola por dignidade e exemplo, é um pressuposto basilar para que nas sociedades, possa haver um ensino de qualidade e capaz de produzir um capital humano, mais qualificado, equilibrado, moralizado e habilitado para servir os interesses da sociedade sem ódio, ambições desmedidas e injustiça social. Pois, a dignidade e o exemplo na sua unidade indissolúvel, guiam o gestor escolar aos caminhos da paz social e democracia no ensino.

A dignidade eleva a qualidade das atividades dos órgãos de gestão, juntos da optima qualidade do ensino e aprendizagem. E, o exemplo arrasta o pessoal docente e não docente, seguindo o gestor escolar, a fim de todos unidos sejam capazes de vencer as possíveis crises sujeitas de abalar os agentes educativos e causar danos no meio ambiente escolar. Logo, é mais salutar que os órgãos de gestão escolar, sejam eleitos, nomeados ou que sejam indicados na base do mérito, excelência no trabalho de organizar as escolas. E, isto, deve levar em conta as evidências nos seus diferentes níveis de qualidade na formação académica-profissional. Para isso, os gestores ou seja, quem queira ser gestor, não precisa necessariamente ser conivente há práticas de bondade injusta e de carácter pecais, visto que a dignidade humana não tem preço, nem tem mercado para ser comprada. Mas, sim existem atitudes, hábitos e comportamentos aceites pela sociedade para qualificar de forma digna a pessoa humana.

Para ser digno e gerir uma escola por exemplo, não precisa usar emblemas de timbres cujo seu veneno por ser nocivo pode matar uma sociedade, na medida em que a morte de uma sociedade não depende de um suicídio, bomba atómica ou qualquer outra arma pesada de cunho poderoso. A morte de uma sociedade vem de uma educação banal, fragil e de baixa qualidade que abstrai as ótimas práticas da gestão escolar e do ensino, tais como: a qualidade na formação do professor, o respeito a personalidade do professor, a melhoria no currículo educativo, melhoria nas praticas de avaliação do ensino, aluno e ambiente escolar, etc. Um gestor que queira ser digno e exemplar, não pode ser conivente nem promissor à vícios, injustiça e exclusão social, incluindo nisto a nociva prática de nomear os gestores escolares por confiança política e partidária. Pois, a dignidade vem da

honra e do bem-servir. Sirva bem a escola e seus colaboradores, para melhor ser apreciado e apurado pelos traços de caráter. E, isto, é suficiente para ser digno e exemplar.

2.3. Gerir por orientação política partidária

Gerir uma escola por orientação política partidária, é uma prática simples que consiste em saber obedecer as orientações emanadas superiormente e por meio disso, ser visto como filho, menino obediente que não tenha sobretudo uma consciência crítica e racional. Dizer sim, é de facto a obra mais predileta das práticas de gestão por orientação política partidária. E, nisto, vem intersilhado as práticas de abuso de poder, odio, vingança, tirania, exclusão, perseguição, etc.

É, uma prática de ensino que leva níveis de abuso e certificação de tolice, onde, a leitura, o cálculo e os bons usos e costumes, tendem a não serem uteis para a prática da carreira docente e de gestão escolar. Os modos de vida, saber-estar e criar algo útil para o bem do ensino e a pureza do ambiente escolar, são de igual modo assuntos de abstração social. E, concomitantemente, aqueles docentes, quadro técnico administrativo, pai e encarregado de educação que possam aparecer com ideias mais claras, estudadas ou seja que tentam absterem-se das mais práticas e vícios da escola, na gestão escolar guiada por orientação e confiança política partidária, estes, são alvos de desconfiança e perseguição. Isto ocorre por motivos consistentes em que o gestor escolar, é muita das vezes desprovido de técnicas e conhecimentos em gestão e liderança escolar. Por isso, uso praticas intimidatórias, impondo os seus colaboradores ideias que geralmente menos estudadas, ou seja, pensamentos desprovidos de nexos no consenso comum. E, como é óbvio, quem manda, manda e quem não manda deve unicamente cumprir. Assim, o gestor escolar nomeado por níveis de confiança política partidária, é sobejamente chefe e todos os outros utentes dos recursos da escola, tais como: professores, alunos, pais e encarregados de educação, são certamente subordinados a obedecer por obséquio.

Uma obediência cega que eleva cada vez mais a baixa qualidade no processo de ensino e aprendizagem, aumenta o nível do analfabetismo, absentismo e abandono escolar, todos os males juntos, vão causando pobreza extrema em todos estratos da sociedade, onde a família como base fundamental e núcleo basilar da sociedade passa a ser o objeto mais afeitado.

Na proeza na arrogância do gestor escolar tido por orientação política partidária, mutila-se os traços da moral, conhecimento e desenvolvimento socioprofissional do homem, partindo da base, onde muitos centros maternos infantis, cresces e escolas de ensino primário, vivem de micha e rixa, onde a criança é mutilada a partir do berçário. Aqui, o

ser humano é dotado de frustração, desvio comportamental, dislexia e tantas as outras atitudes anormais, partindo da base. E, ao chegar no topo, apenas vai atormentando a vida em todos os seus aspectos.

2.4. Gerir uma escola por orientação política partidária: Uma miragem ao ensino que especta ser de qualidade

As orientações política partidária, na sua generalidade, são de carácter astutas, pois, “Os partidos políticos movimentam massas na sociedade atual. A sua influência é imensa e o seu principal objetivo é atingir o poder político de modo que possam representar a sociedade enquanto um todo da forma que consideram ser a ideal” (MAIA, CORREIA, COSTA, & RESENDE, 2023, p. 1), por um lado. Por outro, os partidos políticos ambicionam-se ao poder ou seja, a política é poder. E, o poder político por si, para além de servir, consiste em mandar e usar o determinismo, rumo a manutenção de cargos, renovação de mandatos e permanência no poder. E, tendo o desejo e vontade plena de manter a hegemonia política partidária, É, assim, que o exercício de actividades de gestão escolar movido por motivos políticos e partidários, são muitas das vezes bastantes ambiciosos, egoístas e ditadores. Neste sentido, gerir uma escola por orientação político-partidário, condiz ao fiasco pedagógico, onde, um gestor escolar pode ser óbvio de desvirtuar-se de princípios e regras pedagógico, pegando-se vivamente em manter no cargo direção da escola e do partido.

Há de facto um dilema, nas práticas de gestão emergidas por orientação político-partidária, onde, o servo deve servir ao já, ou servir ao mestre. Na verdade, o mestre usa as técnicas, métodos e regras de carácter universal, aceites pela ciência e pela humanidade. E, é de facto pelas normas cientificamente aceites que o mestre se guiar para servir aos anseios da realidade social. Mas, o mestre não despõe-se de poderes próprios para mandar e determinar. Já o chefe é coberto de poderes múltiplos que incluem o uso da lei de comando, assim, o chefe manda e descomanda, o chefe mete e tira. Deste modo, o gestor escolar por orientação político-partidário, é vineamente submisso, sob pena de perder o emprego e cargo de direção da escola.

É, exatamente nestes moldes em que muitas escolas de “Educação Infantil e da Educação Básica” seus diretores, professores, alunos, pais e encarregados de educação, são envolvidos “sobre situações de conflito” de natureza política partidária. E, que muitas das vezes envolvem crianças e adolescentes dentro dos senários de disputa político-partidária. “Algumas dessas situações evoluem para violência, refletindo o clima de intolerância e de radicalização evidentes nas famílias e na sociedade” (Rena, 2023).

2.5. O perigo em gerir uma escola por orientação política partidária

Gerir uma escola por orientação política partidária, representa um perigo, pelo facto das organizações e filiações políticas serem na sua maioria instituições menos confiáveis, por revestirem-se de maior interesse ou seja, na política o que manda é o interesse. Pelo maior jogo de interesse que alude e que nutre-se dentro dos partidos políticos, a maior parte da sociedade que assume cargos através de orientação política partidária, vive visivelmente de insatisfação e descontentamento face aos partidos políticos. E, isto, reflete-se nos elevados níveis de hipocrisia e manipulação que existe entre os políticos. E, em outras situações, os jogos de manipulação e interesse, traz nas pessoas a ideia segundo a qual, a política é um jogo de mentira. Neste contexto, a filiação nos partidos políticos, está em declínio, este estado de declínio generalizado dos filiados, ocorre sobretudo pelo défice na abordagem fiel sobre os interesses e objetivos do partido para com a camada militante (Tomás, 2016). Alias:

“A visão predominante sobre o papel dos partidos ao virar do século XXI é a de que estes actores se tornaram cada vez menos representativos, agravando a capacidade de garantir legitimidade ao sistema político, em geral, e às instituições representativas, em particular” (Lisi, 2000, pp. 1-330).

No partido há sempre um mero grupo liderado por um chefe que luta pelo poder. E, neste caso, todos são chamados a servir o interesse primário do chefe. Este problema, não é um facto simplista, nem obvio. É, uma realidade própria da história das políticas partidárias, pois, “na história política, sempre existiram grupos de indivíduos em competição para conquistar o poder fora de um contexto estruturado e que regule o conflito político”, e que possa preservar principalmente os valores fundamentais, tais como: respeito a vida, o amor, justiça, paz, bem-estar e segurança social. Estes grupos, têm uma fórmula simples para matar uma determinada sociedade. Para isso, começam a matar a sociedade partindo da educação, isto, é, vão oferecendo uma educação de baixa qualidade para as novas gerações e a partir disto, vão fragilizando as vias de força de cada núcleo social. Dá-se nas sociedades, uma educação que não valoriza, nem qualifica o homem em termos de pensar e agir.

É, de salientar que desde dos tempos idos, sobretudo, “antes da afirmação das democracias representativas, o termo partido identificava-se essencialmente com a noção

de facção de um grupo que ameaça a comunidade política e que luta, muitas das vezes de forma violenta, para controlar os recursos” (Lisi, 2022).

Hoje, apesar do reconhecimento que se pode aferir aos partidos políticos, ainda assim, nestes meandros, os partidos políticos, tornaram-se actores essenciais para a estruturação dos conflitos, incluindo odio e agonia no meio ambiente social. Assim, há algumas circunstâncias em que os partidos políticos, tendem a ser considerados como que fossem um tanto quanto uma ameaça para a sociedade, sendo reconhecidos os seus contributos nas entre linhas dos seus feitos positivos que desempenham para o funcionamento das assembleias representativas e exercício do poder governamental.

3. Metodologia

Neste estudo, aplicou-se uma metodologia de enfoque qualitativo que empregou as técnicas de entrevista, observação participativa e bibliográfica como instrumentos e técnicas adequadas para coleta de dados. E, os processos analíticos, tais como a indução e dedução, foram de igual modo utilizados ao longo da pesquisa. Neste sentido, a indução e a dedução, acompanharam todo o percurso da identificação do problema, descrição, coleta de dados, análise, interpretação até atingir na fase da apresentação dos resultados da pesquisa.

A pesquisa primou em buscar uma percepção mais acautelada sobre os atos de nomeação e indicação do gestor escolar que têm ocorrido em quase toda a esfera social, por confiança política partidária. Assim, este estudo apresentou a essência da gestão escolar, apurando, quão é perigoso proferir nomeação e indicação de gestores escolares por confiança política partidária.

Os dados desta pesquisa foram colhidos a partir de quinze (15) escolas, cujo, seus gestores, são nomeados e indicados por confiança política partidária. Dentre as quinze (15) escolas, quatro (4) pertencentes a província do Cuanza norte e onze (11) pertencentes a província do Uige, ambas as províncias, pertencem a Angola como país lindo e belo.

Pela composição do corpo diretivo destas instituições, calcula-se um total de quarenta e cinco (45) participantes na pesquisa. Todos participaram na pesquisa de forma voluntária, mostrando seus pontos de vista, cuja, percepção sobre o problema, alude e condiz-nos há uma prática de inutilidade pedagógica.

Pela dimensão e tamanho da amostra, houve uma exaustão nas respostas. E, que muitas delas, foram elucidando repetição inútil. Assim, de forma cuidada, foi se buscando uma análise pontual dos dados, onde, aquelas informações mais repetidas, foram moderadamente ponderadas. E, por serem semelhantes as outras, obviamente tiveram que

ser agrupadas em função ao significado que cada participante foi dando ao problema honra aprimorado no estudo.

E, finalmente, cinco (5) entrevistas e três (3) dados observados, foram validados. Por conseguinte, a pesquisa apresenta em síntese a gestão de uma escola feita por excelência, mostrando o verso da situação, quando uma escola é gerida por orientação política partidária. E, de forma pontual, viu-se dentro desta pesquisa as práticas de inutilidade pedagógica que são revestidas no contexto da nomeação e indicação do gestor escolar por confiança política partidária.

4. Resultados da pesquisa: Sua análise, interpretação e apresentação

Os resultados deste estudo mostram que existe na história da gestão escolar uma fase de transição datada entre os anos de 1980 à 1990, onde em 1980, as intensões políticas, eram viradas na mobilização de vários segmentos da sociedade. E, a escola seria o melhor ambiente de mobilização e composição de massa militante para as fileiras políticas partidária. Já em 1990, a realidade social passou a mudar e as exigências sociais perante a escola, foram claramente mudando, até ao momento em atual que a escola é tida como um bem comum e a educação como um bem natural de caráter universal. Deste modo, a gestão escolar passou a ser mais exigente e exigida em gerir a escola como um património social e um bem comum de proveito educativo.

Assim, se a escola é tida como um património social e por si constitui um bem de carácter educativo, como devem ser os atos de nomeação e indicação de um gestor escolar? Com certeza, estes atos foram tidos dentro desta pesquisa, como sendo praticas de inutilidade pedagógica, onde, o saber, saber ser e o saber fazer são elementos submissos pela obediência e idoneidade política partidária que defendem não sumamente a Filosofia e Política pedagógica, mas sim, a ideologia política partidária.

E, por defesa à ideologia partidária, fecunda-se e nutriu-se o pensamento do poder. Pois, a política é o ato de atingir ao poder, exerce-lo, defende-lo, a fim de gerir os bens da sociedade. Assim, há muitos gestores escolares que defendem o poder, cultivando nas escolas ideologias políticas partidárias. E, isto juntos das ambições desmedidas, tem-se uma sociedade, cuja, gestão escolar é submissa ou seja desabada por ideologia política partidária, ao invés de a gestão servir, unir, articular e reunir os recursos existentes na escola, ela anda despida das praticas pedagógicas, e vai ando, disseminando a separação, ódio e inveja entre o capital humano existente na escola. E, o absentismo escolar, fuga a escolaridade e abandono escolar, passam a ser os resultados mais bonificados em termos da gestão escolar fundada na orientação política partidária.

5. Conclusão

A obediência ideológica, política partidária, não descreve requisito pedagógico para o exercício da função de gestão escolar. Logo, o poder de gerir uma escola deve ser dado à pessoas bem formadas, qualificadas e moralizadas, refere-se neste caso a aqueles indivíduos, cujo, seu perfil descreve-se através do saber, saber ser e saber fazer. Ao contrário, trata-se de uma prática de inutilidade pedagógica, onde, o capital humano formado em economia da educação e gestão escolar, é banalizado, dando privilégio ao poder de gestão escolar ao caro cidadão revestido de vénia política partidária.

6. Sugestões

- Que os órgãos do direitos e autoridades sobre a educação, possam dar privilégios de gerir as escolas ao capital humano que une requisitos em saber, saber ser e saber fazer;
- Que o poder de gerir uma escola não seja fundada na obediência ideológica partidária, por ser um fator condicente a exclusão social, fuga a escolaridade, fuga do capital humano e abandono escolar;
- Que os gestores do sector da educação e ensino, atribuam os cargos de direção e gestão escolar aos indivíduos formados em economia da educação, gestão e organização escolar, pelo facto da formação destes lhes conferir saberes e qualidades consistentes em gerir escolas, desenvolver currículos, orientar e articular bens e serviços da escola.

Referências

- Francisco, A. M. (3 de Abril de 2024). Gestão escolar hoje: Um exercício titânico entre poder e manutenção de cargo. *Webartigos*, 15.
- Lisi, M. (2000). Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies. Em M. P. Wattenberg, *Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies* (p. 330). Lisboa, Portugal: OUP Oxford.
- Lisi, M. (17 de Outubro de 2022). “Partido Político”. *Dicionário de Filosofia Moral e Política*. (A. M. Campos, Editor, & FCSH, Universidade Nova de Lisboa) Obtido em 8 de Setembro de 2024, de <https://doi.org/10.34619/c59c-klwj>: doi.org/10.34619/c59c-klwj
- Loss, F., Ferreira, G. C., & Braga da Silva, J. (2009). Gestão da Inovação e Transferência de Tecnologia na Interação Universidade-Empresa: um estudo na área da saúde. 1-3.
- MAIA, T. V., CORREIA, P. A., COSTA, C., & RESENDE, S. A. (2023). PARTIDOS

POLÍTICOS E GRUPOS DE INTERESSE. *Lex Humana*, Vol. 15, 16.

Moreira, S. S., & Daltro de Castro, C. S. (2011). PRÁTICAS DE GESTÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS: SINGULARIDADES E INTERPRETAÇÕES DOS SUJEITOS IMPLICADOS. pp. 1-10.

Rena, L. C. (2023). E quando a disputa partidária invade a escola? *Pensar a educação*, 1.

Tomás, P. (2016). AS MOTIVAÇÕES QUE LEVAM OS JOVENS A ADERIR AOS PARTIDOS POLÍTICOS EM PORTUGAL. *Observatório político*, 12.